

A AMBIVALENÇA NO CAMPO DAS DROGAS: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DE ÁLCOOL E MACONHA

Maria de Fátima de Souza Santos¹
Manoel de Lima Acioli Neto²
Filipe Soto Galindo³
Leyllyanne Bezerra de Souza⁴

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar resultados de duas pesquisas com jovens estudantes sobre o uso de álcool e outras drogas, a partir da teoria das representações sociais. Foram aplicados questionários de associação livre com as expressões indutoras “bebida alcoólica”, “maconha” e “droga”. Os dados foram analisados com os softwares EVOC e ALCESTE. Observou-se que a permissão legal, no caso do álcool, e a ilegalidade da maconha e outras drogas favorecem a emergência de conteúdos diversos. O conteúdo das representações sociais permite a discussão do preconceito relativo a certos grupos sociais legitimando as relações intergrupais.

Palavras-chave: Álcool. Drogas. Preconceito. Representações Sociais.

THE AMBIVALENCE IN THE FIELD OF DRUGS: A REVIEW OF ALCOHOL AND MARIJUANA REPRESENTATIONS

Abstract

The aim of this paper is to analyze results of two studies with young students about the use of alcohol and other drugs through the Social Representations Theory. We applied free association questionnaires with the inductors expressions “alcohol”, “marijuana” and “drug”. Data were analyzed with the software EVOC and ALCESTE. It was observed that the legal permission in the case of alcohol, and the illegality of marijuana and other drugs, favor the emergence of different content. The content of social

¹ Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. Doutora em Psicologia e Pós-doutorado em Psicologia Social. Bolsista de Produtividade 1C do CNPq. Membro do Laboratório de Interação Social Humana (LABINT). Presidente do Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social Serge Moscovici. E-mail: mfsantos@ufpe.br

² Psicólogo. Mestre em Psicologia e Doutorando em Psicologia no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. Membro do Laboratório de Interação Social Humana (LABINT). E-mail: mdlacioli@gmail.com.

³ Psicólogo. Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco e Doutorando em Psicologia na Universidade de Toulouse Jen Jaurès. Membro do Laboratório de Interação Social Humana (LABINT). E-mail: filipe.galindo@ufpe.br

⁴ Psicóloga. Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: leyllyanne@hotmail.com

representations allows discussion of prejudice on certain social groups legitimizing intergroup relations.

Keywords: social representations; alcohol; drugs; preconception

A discussão a respeito da legalidade ou ilegalidade dos usos de drogas adquire centralidade na agenda pública. Esse debate permeia a cultura do consumo de psicoativos, possuindo um caráter polêmico que, de acordo com Olmo (1990), é responsável pela própria consolidação desse objeto social.

Como destaca a autora, o que caracteriza uma droga? As classificações utilizadas para categorizar uma substância como psicoativa englobam uma miríade de distintas drogas, com efeitos bastante antagônicos, como é o caso da maconha, do álcool ou da cocaína. Essas categorizações não se pautam em atributos comuns relacionados ao consumo. Assim sendo, a questão se torna menos articulada com os efeitos dessas substâncias no organismo e com as pretensas preocupações no âmbito da saúde pública em comparação a interesses sociopolíticos subjacentes a medidas proibitivas (OLMO, 1990).

Nesse sentido, a generalização da “droga” termina por construir uma representação de cunho moral, estabelecendo um limiar nos padrões normativos da sociedade. Como pode ser observado, ao longo da história, as ações voltadas à interdição do consumo sempre estiveram ligadas a demarcações de alguns grupos com base em estereótipos, de modo a segregá-los do meio social.

Em 1914, por exemplo, questões políticas e raciais ocasionaram um alarde social contra a cocaína, acarretando a primeira Lei Federal antidrogas: o *Harrison Act* (DUSTER, 1970). Tal como ocorreu em relação ao crack, somente após o consumo de cocaína se espalhar para bairros periféricos Afro-americanos e Latinos, iniciou-se o primeiro pânico social em relação ao assunto. Defensores da cruzada antidrogas, disseminaram o mito de que a cocaína induzia afro-americanos a estuprarem mulheres brancas (MUSTO, 1973).

Em 1920, ocorreu a proibição do álcool nos Estados Unidos. Nessa época, alegava-se que essa droga possuía um forte caráter dependogênico, sendo responsável pela violência urbana, criminalidade, pobreza e desvinculação familiar (REINARMAN; LEVINE, 1997; LEVINE, 1984). Os objetivos dessa medida se destinavam à eliminação dos problemas sociais, esvaziamento de prisões e asilos e redução dos gastos

do Estado. É importante observar que a cocaína era consumida recreativamente, amiúde em forma de bebidas. O vinho Vin-Mariani e a Coca-Cola são exemplos de bebidas populares com base em cocaína, comercializadas no período. Foram, inclusive, rotuladas como “bebidas da Temperança”, para que as pessoas evitassem o desejo de consumir álcool, o “verdadeiro” problema social na época (MORGAN;ZIMMER, 1997).

Em 1937, ainda nos EUA, foi a vez da maconha, pelo *Marijuana Tax Act*. Essa lei federal proibia o consumo da droga e se embasava em construções da mídia que apresentavam determinismo causal em ações de violência, exemplificados por diversos crimes de homicídio ocorridos no período: era a “erva assassina”. No Brasil, a proibição ocorreu em 1936, antecipada por diversas campanhas de cunho racista, que apelavam à origem africana da maconha, atribuindo aos seus efeitos uma ameaça à raça brasileira. Com isso, práticas de vigilância e controle passaram a reger o modo de lidar com a população negra: qualquer negro era considerado suspeito (MACRAE;SIMÕES, 2003).

A discussão se situa, portanto, no âmbito da constituição e eficácia das normas sociais no cotidiano. Diante desses aspectos, destaca-se que a questão da legalidade ou ilegalidade se presentifica historicamente e continua no cerne das preocupações atuais, como se observam os embates em torno do canabidiol, que retoma o uso medicinal da maconha à pauta pública. Nesse sentido, a legalidade ou a ilegalidade dos usos de drogas possibilitam a emergência de representações sociais distintas? Mas, o que torna uma norma legítima nas relações cotidianas? Qual o papel das representações sociais nesse processo?

Normas e representações sociais

De acordo com Sherif (1966), as normas sociais se definem como padrões de influência constituídas na interação entre os sujeitos ou pela inserção em seus grupos de pertença. Tais padrões atuam como reguladores dos estímulos relevantes, tornando possível ordená-los e, com isso, agir sobre eles. São quadros de referência que desempenham a função de guiar as condutas, criar um modelo de expectativa das relações sociais e fornecer critérios para sua avaliação.

Assim, a legitimidade das normas no cotidiano tende a ser compreendida a partir de sua funcionalidade ou utilitarismo. Desse modo, o que tornaria uma prática regulada por normas seria a ausência de conflito com os interesses ou valores éticos dos sujeitos

na sociedade. Essa regularidade permitiria a cumulatividade cultural, assegurando a manutenção da ordem social.

Entretanto, alguns estudos demonstram que o critério da funcionalidade não torna possível a estabilidade de uma norma. Ao que se observa, é a familiarização com as regras estabelecidas, o caráter do pertencimento a esse universo que determina a conservação de uma norma no campo social (WILLER; KUWABARA; MACY, 2009; TOMASELLO; 2009; MARSHALL-PESCINI; WITHEIN, 2008).

O surgimento das normas sociais, nessa perspectiva, não decorre de um cálculo de custos e benefícios por parte dos sujeitos ou da coletividade. As normas surgem arbitrariamente, sendo, assim, imediatamente investidas de uma racionalidade e moralidade aparente, no intuito de satisfazer a necessidade de coerência cognitiva à realidade (FERNÁNDEZ-DOLS, 2012; FESTINGER, 1957).

Essa questão é bastante demarcatória do modo como as drogas são tratadas na sociedade brasileira. É um exemplo emblemático de como normas profundamente diferentes, senão antagônicas, persistem regulando as práticas sociais. Por que o álcool é lícito e mesmo incentivado por campanhas publicitárias, enquanto que a maconha, a cocaína e tantas outras drogas são alvo de rechaço?

Um caminho para responder a essa questão parece se situar num aspecto que define a instituição das normas no âmbito público: a moralidade subjacente nesse imperativo normativo da vida cotidiana.

Berger e Luckmann (1996) demonstram a vida cotidiana como a realidade por excelência, definindo o cotidiano como uma realidade interpretada e subjetivamente dotada de sentido, na medida em que conformam um mundo coerente, construído socialmente. Assim, essas construções só podem ser compreendidas simultaneamente, em sua “unicidade”, pois fenomenologicamente elas são dimensões do sistema representacional (JOVCHELOVITCH, 2008).

Moscovici (2003) a esse respeito, concebe que as representações possuem um caráter prescritivo, e que, devido a essa característica elas surgem como se fossem realidades inquestionáveis

elas são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são resultados de sucessivas gerações. Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas,

implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação da memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, refletem o conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente (p. 37).

Contudo, essa prescrição da representação não se impõe “acima” dos indivíduos, sendo considerada um processo dialógico entre os sujeitos e a sociedade.

Além disso, as representações produzidas a respeito de determinado objeto implicam na constituição de um sistema normativo, uma ordem moral, delimitando fronteiras simbólicas e modos de ser e agir no mundo (VELHO, 1981). Ainda deve ser destacado que os processos representacionais, basais a todo conhecimento, são contexto-dependentes e possuem uma racionalidade, cuja lógica obedece a regras diferentes e desempenha funções específicas, que devem ser avaliadas em seus próprios termos e sem referência a um padrão absoluto (JOVCHELOVITCH, 2008).

Método

Foram realizados no Laboratório de Interação Social Humana da UFPE, dois estudos independentes sobre representação social e drogas, utilizando-se a abordagem estrutural. Um dos estudos buscou investigar e analisar as representações de droga para um grupo de estudantes do ensino médio de escolas particulares da cidade do Recife – PE; enquanto que o outro teve como objetivo pesquisar as representações de bebida alcoólica entre um grupo de estudantes da Universidade Federal de Pernambuco.

O primeiro estudo investigou 110 jovens com idade entre 16 e 18 anos, estudantes do ensino médio, que responderam a um questionário de associação livre, tendo como expressão indutora “droga”. O segundo estudo foi realizado com 110 jovens na faixa etária entre 18 e 29 anos, estudantes de cursos de graduação e pós-graduação, tendo como expressão indutora “bebida alcoólica”. Através do contato com pessoas conhecidas, bem como por meio de solicitações para aplicar a pesquisa em algumas escolas particulares e nas saídas de cursinhos do Recife, assim como junto aos estudantes do campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco, os sujeitos foram convidados a participar da pesquisa. Foi-lhes, portanto, explicados os objetivos desta e descritos os procedimentos aos quais seriam submetidos. Na primeira etapa da aplicação do questionário, os participantes deveriam, a partir da expressão indutora “droga” para os estudantes do ensino médio ou “bebida alcoólica” para os estudantes de nível superior- evocar 5 palavras ou expressões. Em seguida, deveriam enumerar por ordem

de importância as palavras evocadas e, finalmente, justificar a escolha da palavra mais importante.

Procedimentos de análise dos dados:

Para a organização e análise dos dados coletados pela associação livre, utilizou-se o software EVOC2000 – *Ensemble de Programmes Permettant L'analyse des Évocations*. Este programa possibilita a análise estrutural dos dados de evocações léxicas. As justificativas foram analisadas com o suporte do software ALCESTE.

Resultados

Drogas

Os resultados obtidos a partir do indutor “droga”, permitiu a análise da seguinte estrutura a partir da análise das associações livres. Observando o primeiro quadrante superior esquerdo temos os possíveis elementos constitutivos do núcleo central, portanto, elementos que dariam sentido e organizariam a representação social de drogas. As drogas seriam, então, substâncias ilícitas, oriundas do tráfico que, pela influência de outros, provocam dependência, vício, violência, fazem mal à saúde podem levar à morte. São, portanto, substâncias julgadas como ruins. Aspectos sociais, como a ilicitude das drogas, da dependência e do vício que elas podem causar; do tráfico e da decorrente violência também aparecem neste quadrante. Essas palavras encontram-se fortemente interrelacionadas, pois remetem às qualidades negativas atribuídas ao consumo de drogas e que podem prejudicar a vida do indivíduo levando-o, por vezes, à morte. Nesta região também pode ser observada a saliência da ideia de influência do outro para o consumo de droga.

O quadrante superior esquerdo, considerado a primeira periferia, reúne os elementos cocaína, crack e maconha, possivelmente elementos de objetivação da ideia de droga. O quadrante inferior esquerdo, zona de contraste, reúne elementos com carga valorativa negativa (tristeza, perigo, destruição e irresponsabilidade) ao mesmo tempo em que associa a droga aos jovens e ao uso em festas, aparecendo aqui também o cigarro e o álcool como parte do “campo das drogas”. Finalmente, o quadrante inferior direito traz os elementos considerados de uma periferia mais distante e mais fortemente relacionados às práticas e às variações individuais. Esse quadrante reúne elementos com forte carga valorativa negativa associando as drogas às favelas, portanto, à pobreza e

destaca às questões da *ilegalidade* mas também do *sofrimento* e da necessidade de cuidado (*reabilitação*).

Tabela 1: Frequência e ordem média de importância de palavras para o termo indutor “droga” (N=120).

ORDEM MÉDIA DE IMPORTÂNCIA (OMI)							
Inferior a 2,9				Superior ou igual a 2,9			
		<i>f</i>	OMI				
				<i>F</i>	OMI		
FREQUÊNCIA	Acima de 12	vício	57	2,08	maconha	39	3,51
		tráfico	46	2,67	crack	26	3,04
		dependência	33	2,39	cocaína	21	3,48
		morte	33	2,76			
		violência	23	2,67			
		ruim	16	2,87			
		ilícito	15	2,80			
		mal-à-saúde	12	1,92			
		influência	12	2,25			
ENTRE 05 E 11	Entre 05 e 11	cigarro	9	2,55	dinheiro	11	3,46
		álcool	8	1,88	problemas	9	3,56
		tristeza	8	2,25	loucura	8	3,13
		remédio	8	2,63	fuga	8	3,13
		festas	8	2,88	sofrimento	7	3,00
		destruição	7	2,00	fuga	7	3,13
		perigo	7	2,29	heroína	7	3,43
		jovens	5	1,80	bebida	6	3,67
		drogado	5	2,40	medo	5	3,20
		irresponsabilidade	5	2,80	favela	5	3,60
			polícia	5	3,80		
			reabilitação	5	4,00		

Em relação às justificativas da escolha da palavra mais importante associada ao termo ‘droga’, o software ALCESTE forneceu uma divisão em quatro classes a partir de uma classificação hierárquica descendente. Percebe-se no seguinte dendrograma (Figura 1), a existência de dois grandes eixos: um englobando as classes 2 e 3, e o outro constituído pelas classes 1 e 4. O primeiro destes grandes eixos está mais relacionado às questões da saúde, enquanto que o eixo das classes 1 e 4 encontra-se um pouco mais relacionada aos problemas sociais consequentes das drogas.

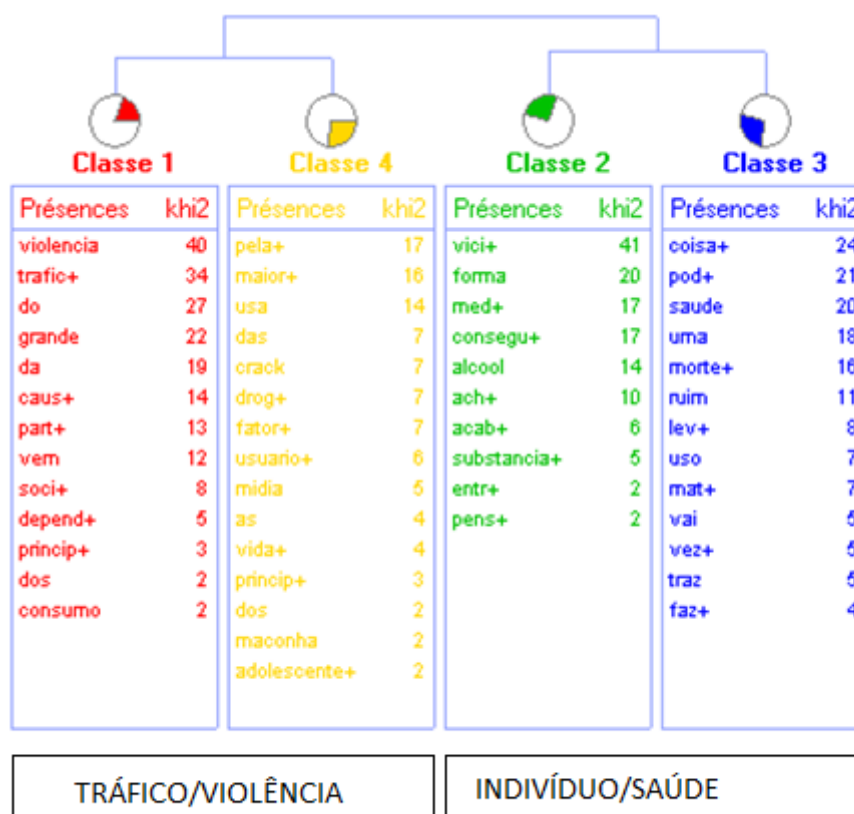


Figura 1: Classificação hierárquica descendente das justificativas da palavra mais importante da associação livre sobre droga

Consumo de drogas → tráfico e violência

Conforme o dendrograma acima, é possível perceber que a classe 1, compondo 19,40% das U.C.E, relaciona tráfico, dependência e violência. É possível, através de uma observação mais detalhada das justificativas, compreender a existência de um esquema no qual a violência estaria localizada entre o tráfico e a dependência, da seguinte forma: *tráfico*→*violência*←*dependência*. O tráfico de drogas é considerado como um fator gerador de violência, visto que ao possibilitar a compra da droga, causa a dependência dos sujeitos que irão roubar para obter mais drogas.

drogas causam dependência e isso gera busca por mais drogas, podendo levar ao roubo ou violência (trecho de justificativa)

se você for observar a violência hoje é grande por causa do tráfico de drogas, se o tráfico acabasse a violência no mundo reduziria 50 por cento (trecho da justificativa).

Ainda nesse primeiro grande eixo, na classe 4, que constitui 26,87% do material analisado, observa-se o aparecimento das palavras ‘usuário’ e ‘drogado’ em destaque. O crack e a maconha aparecem como formas objetivadas da droga, talvez pelo espaço que têm ocupado na cena pública (SANTOS; ACIOLI NETO; SOUSA, 2012; ACIOLI NETO; SANTOS, 2014).

Consumo de drogas → Indivíduo e saúde

No segundo grande eixo, a classe 2 (26,87% das U.C.E) concentra o discurso sobre o vício causado pelo uso de drogas e a dificuldade de conseguir sozinho se desprender deste uso. Destaca-se nessa classe o álcool que aparece como uma droga que pode causar dependência.

Por fim, a classe 3 que, assim como a classe anterior, é composta por 26,87% das U.C.E. reúne os discursos que destacam os problemas à saúde que o uso das drogas pode acarretar, levando inclusive à morte. Ao se observar mais detalhadamente a justificativa nos discursos, constata-se a reiteração da ideia de que o uso da droga leva à dependência e, em muitos casos, à morte.

considero um mal à saúde por estar contribuindo para uma mais rápida morte devido ao uso dos mesmos em todas as suas opções maléficas (trecho da justificativa).

Maconha

De forma similar (Tabela 2), aos resultados encontrados com o termo indutor “drogas”, a maconha é pensada como uma droga em forma de cigarro, também oriunda do tráfico, que provoca vício, dependência e morte, avaliada pelos sujeitos, portanto, como algo ruim.

Tabela 2: Frequência e ordem média de importância de palavras para o termo indutor “maconha” (N=120).

ORDEM MÉDIA DE IMPORTÂNCIA (OMI)							
Inferior a 3,0				Superior ou igual a 3,0			
		<i>f</i>	OMI				
		<i>F</i>	OMI				
FREQUÊNCIA	Acima de 15	droga	67	2,30	erva	26	3,27
		vício	44	2,34	ilícito	22	3,00
		tráfico	33	2,68	loucura	15	3,47
		violência	22	2,72			
		dependência	20	2,45			
		cigarro	18	2,78			
		morte	17	2,12			
		ruim	15	2,66			
FREQUÊNCIA	Entre 05 e 14	jovens	14	2,86	baseado	10	3,70
		influência	12	2,50	viagem	9	3,00
		amigos	12	2,83	fumaça	8	4,00
		legaização	11	2,55	doença	7	4,00
		mal à saúde	10	2,00	reggae	7	4,00
		alucinação	10	2,40	tristeza	7	4,43
		errado	9	2,44	perigo	6	3,00
		festas	7	2,43	crime		
		viciado	7	2,57			
		lombra	7	2,86			
		polícia	5	2,80			

A ideia de *ilicitude*, embora na primeira periferia, está no limite da média de ordem de importância para ser considerado um elemento da zona central. Se considerarmos que o tráfico é um dos elementos da possível zona central, é provável que o elemento ilicitude também seja parte dela, visto que tráfico de drogas implica em ilegalidade. Na zona de contraste, aparecem elementos que parecem expressar uma certa ambiguidade ou talvez elementos que apontem possíveis mudanças. Se por um lado observa-se a presença de elementos como *mal à saúde*, *alucinação*, *errado*, *viciado*, *lombra* e *polícia*, por outro lado, a ideia de legalização também está presente assim como a *festa*, *jovens*, o que parece apontar para o lado prazeroso, alegre e parte dos rituais dos jovens. A ideia da influência dos amigos no consumo da maconha também aparece, colocando no outro a “culpa”, a responsabilidade pelo consumo de algo julgado negativamente do ponto de vista social.

No que se refere aos dados obtidos pela análise da justificativa da escolha da palavra mais importante para definir a ‘maconha’ no método da associação livre, o

software ALCESTE gerou uma divisão em sete classes a partir da seguinte classificação hierárquica descendente (Figura 2):

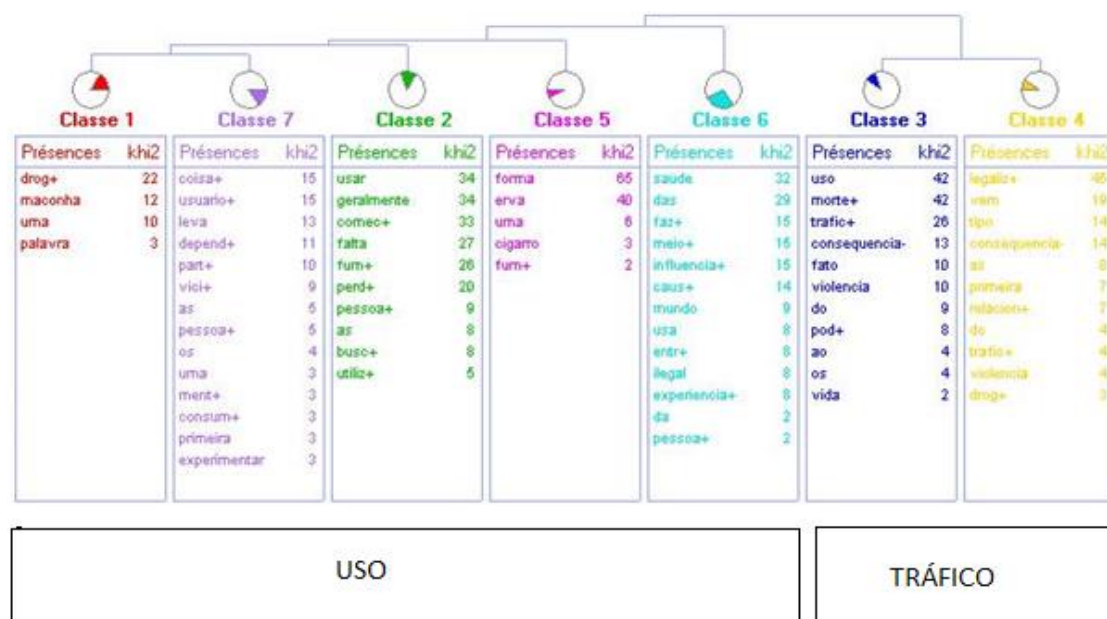


Figura 2: Classificação hierárquica descendente da justificativa da palavra mais importante da associação livre sobre maconha

Assim como nas justificativas relativas às drogas, aparecem dois grandes eixos: o primeiro eixo, composto pelas classes 1, 2, 5, 6 e 7, que remetem às questões do uso da maconha pelo indivíduo e o segundo eixo reúne os discursos a respeito da ilegalidade da maconha no país e, por conseguinte, o tráfico aparece como tema central.

A maconha e seu uso

Nas classes 1 e 7 observa-se que a maconha é percebida como uma droga que leva a pessoa que a consome – o usuário – ao vício e à dependência. A classe 7, em particular, reúne também o discurso de que a experimentação da maconha funciona como porta de entrada para o uso de outros tipos de drogas.

A classe 2 reúne os discursos que justificam o início do uso da maconha. É interessante observar que, para os sujeitos investigados, carência e a falta de algo na vida são fatores que impulsionam a busca de um complemento desse ‘vazio’. A falta de informação, falta de responsabilidade, carência afetiva provocada por um ambiente familiar “não estruturado”, são utilizadas como explicações para o uso da maconha. Observa-se aqui um discurso culpabilizador do sujeito. O seu “ingresso no mundo das

drogas” ocorre em função de sua fraqueza. Fonseca *et al* (2007) discutem que a lógica do pensamento social é de que os sujeitos têm informações disponíveis, os meios de comunicação, por exemplo, seriam grandes difusores de informações sobre a maconha restando apenas ao indivíduo a escolha de evitar ou consumi-la.

A classe 5, por sua vez, é mais descritiva em que a ideia de maconha se objetiva na imagem da erva da qual ela é produzida e das diferentes modalidades de consumo, como por exemplo, o cigarro. Não se observam elementos valorativos que indiquem o posicionamento dos sujeitos.

A classe 6 reúne os discursos que salientam os danos à saúde que a maconha, considerada como droga, provoca. Destaca-se também que as primeiras experiências com a maconha são sempre influenciadas por outras pessoas, que são culpabilizadas pelo ingresso dos sujeitos no “mundo das drogas”. Salientam-se ainda a questão da ilegalidade e dos prejuízos à saúde causados pelo consumo da maconha.

A maconha e o tráfico

No outro grande eixo, onde estão inseridas as classes 3 e 4, observa-se que a classe 3 está fortemente associada à criminalidade. Ela reúne os discursos sobre o tráfico destacando a violência e a morte como suas consequências principais. Os sujeitos justificam que pelo fato da maconha ser ilegal, a maneira de se obter a substância é através do tráfico que é violento e leva à morte.

A classe 4 destaca a importância da discussão sobre a legalização da maconha. Mesmo reafirmando a dependência como inevitável, levanta-se a questão da legalização como forma de romper o tráfico e diminuir a violência.

Se a droga, de modo geral, e a maconha de modo mais específico, são pensadas como ameaçadoras, base da violência, causadoras de dependência e de problemas à saúde, o álcool, apesar de ser incluído como uma das drogas, parece ter outro sentido para os sujeitos investigados.

Álcool

Ao utilizar a expressão indutora “bebida alcoólica” observou-se que a representação social da bebida alcoólica para esse grupo parece construída em uma espécie de bipolaridade: diversão *versus* perigos. Assim, o álcool foi caracterizado como um elemento de sociabilidade, cujo consumo é visto como auxiliar na administração de relações sociais não familiares, e ainda, significativamente associado a contextos de diversão, amigos e festas. Por outro lado, a bebida alcoólica também foi

Revista de **Administração Educacional**, Recife, V. 1 . Nº 2 . 2015 jul./dez 2015 p.125-145

relacionada a aspectos negativos, quando o consumo de álcool era associado ao trânsito ou ao alcoolismo. (Tabela 3). Observe-se que o álcool é associado à festa, cerveja, amigos e diversão ao mesmo tempo em que se destacam bêbado, vício e acidente de trânsito.

Tabela 3: Frequência e ordem média de importância de palavras para a expressão indutora “bebida alcóolica” (N=120).

ORDEM MÉDIA DE IMPORTÂNCIA (OMI)							
Inferior a 2,9				Superior ou igual a 2,9			
		<i>f</i>	OMI	<i>F</i>		OMI	
FREQUÊNCIA	Acima de 10	festa	57	2,82	bar	20	3,15
		cerveja	32	2,59	final de semana	12	3,50
		amigos	26	2,39	ressaca	10	3,80
		diversão	22	2,68			
		bêbado	22	2,81			
		acidente de trânsito	16	2,88			
		vício	11	2,83			
FREQUÊNCIA	Entre 04 e 11	álcool	8	1,88	cachaça	9	3,22
		jovens	8	2,75	alegria	8	3,75
		alcoolismo	5	1,60	vodka	7	3,00
		briga	5	2,20	praia	7	3,14
		dependência	5	2,80	droga	7	3,86
		irresponsabilidade	4	2,75	morte	5	3,20
					whisky	5	3,80
					lei seca	4	3,00
					faculdade	4	4,25

O bar e o final de semana são contexto de uso do álcool, enquanto a ressaca é a consequência do excesso de uso. Na zona de contraste destacam-se os elementos mais negativos do uso do álcool pelos jovens: alcoolismo, briga, dependência, irresponsabilidade. Por outro lado, o quadrante inferior esquerdo destaca outros contextos de uso do álcool, tipos de bebidas consumida, o prazer do consumo, mas ao mesmo tempo, o perigo do uso, destacando-se a Lei Seca que proíbe o uso de álcool para quem estiver dirigindo (praia, faculdade, whisky, cachaça, vodka, alegria, lei seca e morte).

É interessante observar que, diferentemente das ideias ligadas à droga e maconha, em nenhum momento os jovens associam o álcool à pobreza e à violência. Revista de **Administração Educacional**, Recife, V. 1 . Nº 2 . 2015 jul./dez 2015 p.125-145

Tudo se passa como se o mundo do ilícito fosse circunscrito às favelas enquanto o mundo do lícito estivesse circunscrito às faculdades. Parece, assim, que o conteúdo das representações sociais de droga/maconha e álcool que surgem em contextos de legalidade e ilegalidade expressam as desigualdades sociais e as relações conflituosas entre os grupos. De um lado, os mais pobres, jovens de favelas vivendo no mundo da violência, do tráfico e da ilegalidade. De outro lado, o jovem de faculdade, condutores de seus carros particulares, vivendo na legalidade, no mundo da alegria e da festa, embora por vezes se exceda de forma irresponsável e possa causar acidentes de trânsito que cause sua própria morte.

As justificativas dadas pelos sujeitos, permitiu que o ALCESTE produzisse um dendrograma com 05 classes, todas relativas ao uso do álcool (Figura 3).

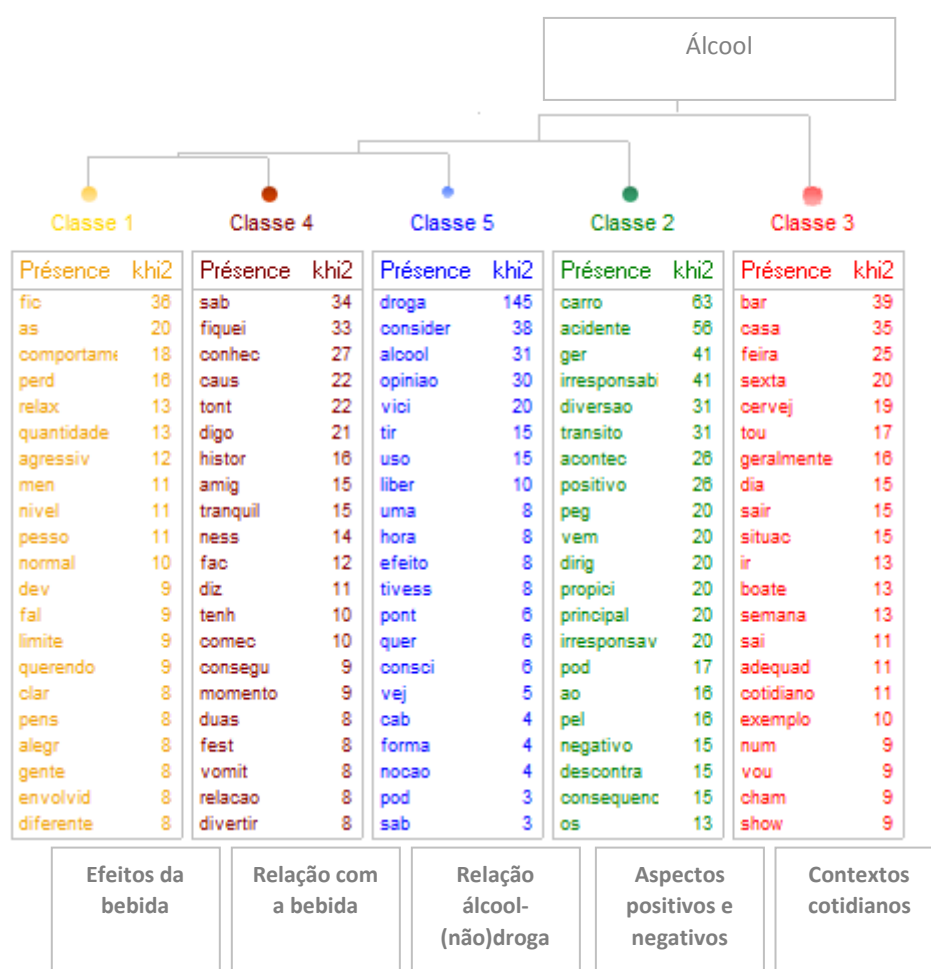


Figura 3: Dendrograma referente à análise das entrevistas efetuada pelo ALCESTE

As classes produzidas pela Análise Hierárquica Descendente se dividem em dois blocos: de um lado, a classe 3 que reúne os discursos relativos aos contextos de uso da bebida alcoólica. De outro lado, as classes 1, 2, 4 e 5, que remetem à relação com a bebida, seus efeitos e sua avaliação da relação álcool-droga, vantagens e desvantagens do consumo de álcool.

De modo geral, a partir desses resultados, percebe-se que a bebida alcoólica está fortemente associada a elementos como festas, amigos e diversão. Foram frequentes as descrições de situações cotidianas que se associam ao comportamento de ingestão de álcool, tais como pelada de final de semana, assistir a jogos de futebol, saídas às sextas feiras após aulas, estágio e trabalho, shows, reunião de amigos, situações de comemoração e conquistas, dentre outras, como pode ser observado nos seguintes trechos:

[...] geralmente quando sai, né, pra balada, pra show, pra... às vezes quando sai da faculdade dia de sexta feira... Em geral é assim, não sei, mais uma questão social mesmo, quando sai, tudo mais. Embora eu já tenha consumido bebida em casa mesmo, sozinho... mas é muito mais raro do que quando eu tou com as outras pessoas, pra sair, pra conversar, enfim. (sexo masculino).

O consumo de bebidas alcoólicas parece estar relacionado a ideias de relaxamento, diversão, interação e socialização, atuando muitas vezes como motivação para a reunião de amigos e realização de festas. Conforme Negrão (2004 *apud* AGANTE, 2009, p.25) “beber em conjunto é um ato social contagiante, capaz de influenciar todos os indivíduos que decidem e aceitam consumir em momentos de comemoração e festa”. Como destacam Bittencourt (2007) e Agante, (2009) o álcool é dotado de um caráter estruturante da sociabilidade.

Assim, percebe-se que, em nossa sociedade, circulam ideias, por muitos compartilhadas, que associam a ingestão do álcool a estados de alegria, prazer, divertimento, esquecimento de problemas, felicidade, êxtase, alívio de tensão e da pressão do coletivo sobre o indivíduo e sociabilidade (CABRAL; FARATE; DUARTE, 2007; AGANTE, 2009; CARNEIRO, 2005; GOMES, 2010). Tais ideias, por sua vez, objetivam-se em situações específicas de consumo sempre coletivas.

No entanto, ao lado desses conteúdos, coexistem outros referentes a aspectos negativos relativos à ingestão de bebidas alcoólicas. São ressaltados os perigos apenas quando há excesso, como nos casos de acidentes de trânsito e alcoolismo. Isso pode ser

compreendido se considerarmos as constantes campanhas e propagandas veiculadas nos diversos meios de comunicação de massa, que apontam para os potenciais efeitos danosos atrelados ao uso de bebidas alcoólicas, enfatizando as possíveis e drásticas consequências de um padrão de consumo não moderado.

E como pessoas também ultrapassam os seus limites, aí geram irresponsabilidade ao dirigir um carro, provocando acidentes e mortes de pessoas. E como também tem pessoas que não controlam seus limites de forma alguma, já passam a ser alcoólatras, já... já passam do limite de diversão pra ser vício (sexo feminino).

Assim, observa-se que os sentidos compartilhados sobre o álcool parecem envolver aspectos positivos e negativos que convivem em uma espécie de contínuo. A capacidade de controle individual parece ser o elemento determinante (o limite) para que o uso do álcool seja avaliado positiva ou negativamente. O álcool é positivo na medida em que dá prazer, possibilita o relaxamento, diversão e facilita as interações sociais. Entretanto, se o indivíduo exagera no consumo e ultrapassa seus limites, ele é colocado no polo negativo. Observa-se nessa perspectiva, aquilo que Velho (2008) denominou de caráter ambíguo da droga – mais especificamente do álcool – capaz de, ao mesmo tempo, atrair, afastar e assustar. O álcool é valorizado desde que não ultrapasse certo limite aceitável de sociabilidade. Trata-se do uso moralmente aceito ou do “beber socialmente”, como descreve Marras (2008), ou seja, bebe-se para o social e não contra ele. Ainda de acordo com o autor, exceder esses limites configura, segundo nossos parâmetros socioculturais, casos de vício, doença ou marginalidade – à exceção de determinadas ocasiões socialmente demarcadas, a exemplo do carnaval. Assim, entende-se que alterar a consciência é uma tendência à dessocialização, devendo o esforço ser justamente para manter estáveis as subjetividades individuais, conformadas à racionalidade, sobriedade, trabalho e disciplina (VARGAS, 2008).

Essa noção de limite, que separa diversão e aceitabilidade do vício e condenação, é percebida como algo peculiar a cada indivíduo, não podendo ser generalizado nem prescrito, entretanto, a embriaguez é percebida como algo negativo, culpa do indivíduo que passa dos seus limites e pode então ser julgado a partir de um viés da moral social. Assim, é dele a responsabilidade de reconhecê-lo e respeitá-lo, de modo a saber “até onde é possível ir no seu consumo”, “não sair do seu limite”, “não fazer besteira”, como destacado por um dos sujeitos investigados:

É complicado, é complicado. Se todos tivessem um certo discernimento seria tudo tranquilo, porque o problema, na minha opinião, não é a bebida; não é, chegando em outro ponto, a droga. O problema é a pessoa. Se a pessoa tem um certo limite, conhece, sabe até onde vai, tranquilo (sexo masculino).

De acordo com esse modo de pensar, a (i)responsabilidade por reconhecer ou não tal limite recai sobre o indivíduo mesmo, que precisa ter discernimento e moderação. O problema relacionado ao álcool, portanto, não estaria na substância em si, mas na relação que o indivíduo estabelece com a mesma, ou seja, com os seus padrões de consumo:

Nessa ideia de focalizar antes os padrões de consumo do que a substância em si, observam-se alguns relatos referentes à relação álcool-(não)droga:

Considero o álcool como uma droga quando se torna um vício, tipo o alcoolismo mesmo, tem que ser tratado como um vício (sexo feminino).

Porque tem pessoas que controlam o seu limite, sabem quando é a hora de parar, e tem pessoas que... eu tenho uma prima que, há pouco tempo, ela bebeu dois litros de álcool setenta por vício, faleceu depois de um tempo porque teve falência múltipla, por vício mesmo (sexo feminino).

O álcool, por vezes, foi associado à droga a partir das noções de vício e dependência. Nessa perspectiva, a bebida alcoólica é classificada como droga desde que haja uma relação de dependência/vício estabelecida com a mesma. Se a droga e a maconha são pensadas como necessariamente provocadoras do vício e da dependência, no caso do álcool a relação se inverte e ele só é pensado como droga em função do tipo de consumo do sujeito. Nesse sentido, percebe-se uma associação entre as noções de ‘droga’ e ‘dependência’. Observou-se também uma aparente dificuldade em considerar o álcool como droga pelo fato de a concepção de droga estar, muitas vezes, relacionada à proibição:

De certa forma, não, é uma droga. Mas, não sei, em geral é isso mesmo, eu acho que é uma droga. Agora, daí ser proibida fica difícil [...] (sexo feminino).

Acho que como tá, liberado, tá bom. E quem bebe é quem quer. As pessoas que bebem, sabem que tá errado, mas vão atrás. Parte da consciência de cada um (sexo feminino).

Observa-se um conteúdo que associa as drogas ao status de objeto proibido, e diante disso, a dificuldade de incluir a bebida alcoólica – objeto culturalmente permitido e incentivado – na categoria de droga.

Alguns sujeitos, entretanto, associaram a droga à bebida alcoólica, colocando-a, entretanto, entre as drogas “mais leves” como no exemplo:

Eu considero droga. Não faz bem para o corpo, provoca dependência. É classificada como droga; não com grande potencial como o crack, a maconha. Mas tudo aquilo que tira você da sua personalidade, pra mim, já não é bom (sexo feminino).

Diante desses diferentes conteúdos, percebem-se tensões relativas ao status da bebida alcoólica enquanto droga ou não droga. Esse fato pode indicar a possibilidade de estarem ocorrendo mudanças nos significados que são socialmente construídos e compartilhados acerca da bebida alcoólica, e mesmo das drogas, ou a emergência de posicionamentos diversos de sujeitos que compartilham formas de pensar diferentes sobre o álcool.

É comum fazer referência a um “mundo das drogas” no qual estariam incluídas substâncias diversas, sobretudo as ilícitas, com uso diferenciado. Sousa (2012) critica essa expressão, chamando a atenção para a inexistência de atributos universais que pudessem classificar todas as drogas e todas as pessoas que consomem drogas em um modo comum de organização. “Diante dessa reflexão, os fenômenos relacionados às drogas parecem ser caracterizados mais por uma pluralidade de sentidos e práticas sociais do que por uma uniformidade latente a qualquer substância”. (SOUSA, 2012, p. 14)

Conclusão

Os dados dessas pesquisas permitiram pensar a ambivalência que compõe o campo das drogas. A licitude ou ilicitude de uma determinada droga fornece elementos para a construção de representações sociais diversas, o que nos leva a discutir a relação entre normas e representações sociais.

O estabelecimento de certas normas sociais (licitude ou ilicitude de uma substância, por exemplo) parece servir de base para a construção de representações que justifiquem e legitimem tais normas. É interessante observar como os resultados obtidos com o termo indutor droga são praticamente os mesmos que aqueles obtidos com o termo indutor maconha.

Observa-se nos resultados das duas pesquisas que a permissão legal, no caso do álcool, e a ilegalidade da maconha e outras drogas favorecem a emergência de conteúdos diversos. Embora apresentem-se conteúdos de perigo quando associado o álcool à direção, o uso do álcool é ligado à sociabilidade e à cultura dos jovens. No caso da maconha, entretanto, é a ideia de dependência e de violência que se sobressaem e o usuário de drogas/maconha é objetivado na figura do jovem pobre morador de favela.

Chama a atenção ainda o fato de que ao se referir a uma droga ilícita é a substância que ameaça, ela contém o perigo que pode levar o sujeito à dependência. Entretanto, quando se trata de uma droga lícita o foco da discussão desloca-se para o sujeito. É sua relação com a droga que pode ser ameaçadora. É sua falta de controle, o abuso individual do consumo que acarreta o perigo.

A relação entre ilicitude, tráfico, pobreza e violência fornecem elementos de ancoragem para a construção das representações sobre esses dois objetos (droga e maconha), que parecem ter sentidos iguais. Ao se referir, entretanto, ao álcool (lícito) a relação se estabelece entre festa, alegria, faculdade e problemas de acidente de trânsito, o que nos leva a pensar que os sujeitos associam à ideia de jovens universitários, proprietários de veículos que podem se exceder e causar problemas. A ideia de licitude e ilicitude parece remeter a grupos sociais diferentes. A droga e a maconha, associadas à marginalidade e, portanto, à pobreza enquanto o álcool é associado a uma juventude de camadas médias, universitárias, que podem eventualmente perder o controle e se exceder no consumo causando alguns problemas. O conteúdo das representações sociais permite a discussão do preconceito relativo a certos grupos sociais legitimando as relações intergrupais desiguais.

Referências

ACIOLI NETO, M. SANTOS, M. F. S. Alterity and Identity Refusal: The Construction of the Image of the Crack User. **Paidéia**, v. 24, n. 59, p. 389-396, Dec. 2014.

AGANTE, D. M. C. **Comportamentos relacionados com o consumo de bebidas alcoólicas durante as festas acadêmicas nos estudantes do ensino superior**. 121 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade de Coimbra, Portugal, 2009.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**, Petrópolis, Vozes, 1996.

BITTENCOURT, A. **O processo de contato com drogas: uso e abuso, sentidos e lugares**. 188 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Brasil, 2007.

CABRAL, L. R., FARATE, C. M. C. & DUARTE, J. C. Representações sociais sobre o álcool em estudantes do ensino superior. **Revista Referência**, v. 2, n. 4, p. 69-79, 2007.

CARNEIRO, H. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: VENÂNCIO, R.; CARNEIRO, H. (Orgs.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. PUC-Minas. Belo Horizonte, 2005, p.15-25.

FERNÁNDEZ-DOLS, J.M. Normas formais e informais vs normas explícitas e implícitas: uma tipologia de normas alternativas. In: PEREIRA, C. R.; COSTA-LOPES, R. (Orgs.). **Normas, atitudes e comportamento social**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 25-43.

FONSECA, A. A.; AZEVEDO, R. L.; ARAÚJO, L. F.; OLIVEIRA, S. F.; COUTINHO, M. P. Representações Sociais de universitários de Psicologia acerca da maconha. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 24, p.441-449, Dec. 2007.

GOMES, R. M. F. **Jovens e festas: diversão sem drogas**. Retirado de: <http://www.pucrs.br/mj/entrevista-11-2010.php> em 4/01/2010.

MARRAS, S. Do natural ao social: as substâncias em meio estável. In: LABATE, B. C.; GOULART, S.; FIORE, M.; MACRAE, E.; CARNEIRO, H. (Orgs.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. EDUFBA, Salvador, 2008, p. 155-188.

FESTINGER, L. **A Theory of cognitive dissonance**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1957.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MACRAE, E.; SIMÕES, J. A subcultura da maconha, seus valores e rituais entre setores socialmente integrados. In: BAPTISTA, M. et al. **Drogas e Pós-modernidade: faces de um tema proscrito**. Rio de Janeiro – RJ: Editora da UERJ, 2003, p. 95-107.

MARSHALL-PESCINI S.; WHITEN, A. Chimpanzees (*Pan troglodytes*) and the question of cumulative culture: an experimental approach. **Animal Cognition**. v.11, n.3, p. 449–456, 2008.

MORGAN, J.P.; ZIMMER, L. The social pharmacology of smokeable cocaine: not all it's cracked up to be. In: REINARMAN, C; LEVINE, H. G. (Orgs.). **Crack in America: demon drugs and social justice**. Berkeley: University of California Pres, 1997, p. 1-17.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MUSTO, D. **The american disease: origins of narcotic control**. New Haven, CT: Yale University Press, 1973.

OLMO, R. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

SANTOS, M. F. S.; ACIOLI NETO, M.; SOUSA, Y. S. O. Representações sociais do crack na imprensa pernambucana. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 29, n. 3, p. 379-386, Sept. 2012.

SOUSA, Y. S. O. **A construção discursiva da cannabis em contextos midiáticos**. 128 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

TOMASELLO, M. **The cultural origins of human cognition**. Cambridge, Harvard University Press, 2009.

VARGAS, E. V. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. In: B. C. LABATE; S. GOULART; M. FIORE; E. MACRAE; CARNEIRO, H. (orgs.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. EDUFBA, Salvador, 2008, p. 41-64.

VELHO, G. O consumo de psicoativos como campo de pesquisa e de intervenção política. In: LABATE, B. C.; GOULART, S.; FIORE, M.; MACRAE, E.; CARNEIRO, H. (Orgs.). **Drogas e cultura: novas perspectivas**. EDUFBA. Salvador, 2008, p. 123-140.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WILLER, R.; KUWABARA, K.; MICHAEL, M. W. The False Enforcement of Unpopular Norms. **American Journal of Sociology**. v. 115, n. 2, p. 451-490, 2009.